



CÂNCER E MODIFICAÇÃO CORPORAL: UMA ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DOS RISCOS ONCOLÓGICOS NA POPULAÇÃO TRANS NO BRASIL

WELINTON DA SILVA PAULSEN; LUCIANO SILVEIRA PACHECO DE MEDEIROS;
CLARICE ALVES BONOW; TATIANA SOUZA DE CAMARGO; THIAGO FERREIRA
ABREU

RESUMO

Em um sistema de saúde que deveria acolher a todos, a exclusão da população trans representa não apenas uma falha estrutural, mas uma urgência ética que compromete vidas e nega direitos fundamentais. Por isso, este estudo tem como objetivo entender como a população trans no Brasil enfrenta dificuldades para acessar cuidados oncológicos adequados, com ênfase nas barreiras existentes e nas políticas públicas que impactam esse acesso. Para isso, realizamos uma pesquisa que combina dados qualitativos e quantitativos, utilizando informações do Censo Trans e do TRANSUS, além de entrevistas, questionários e análise de documentos. Os resultados mostram que pessoas trans enfrentam uma série de obstáculos quando procuram cuidados de saúde, o que afeta diretamente o tratamento oncológico. As pessoas trans mais afetadas por essas barreiras são mulheres trans, jovens, com medo e insegurança de sofrerem algum tipo de violência nos serviços de saúde por estigma e preconceito dos profissionais. Também foi identificado que essa população continua sendo deixada de fora de protocolos clínicos essenciais, especialmente no que diz respeito ao uso de hormônios e às mudanças corporais, práticas que, quando feitas de forma inadequada, aumentam os riscos de câncer no futuro. Sendo o câncer de mama e câncer de próstata os mais prevalentes em mulheres e homens na atualidade, grande parte disso, está relacionado a algum distúrbio hormonal, pois esses cânceres são comuns mesmo fora da comunidade trans, intensificando ainda mais a necessidade de cuidados com pessoas trans. Concluímos que é de caráter urgente a criação de políticas públicas que atendam de forma inclusiva essa população e que seja feito investimento contínuo na formação dos profissionais da saúde, de modo a assegurar um atendimento digno, qualificado e livre de discriminação.

Palavras-chave: Violências; Transexuais; Oncologia; Saúde; Exclusão.

1. INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, as múltiplas formas de violência e exclusão dirigidas à população LGBTQ+ têm sido sistematicamente correlacionadas a marcadores sociais da diferença, como as questões étnico-raciais, a identidade de gênero e a orientação sexual. Nesse contexto, é perceptível a intensificação dos episódios de violência perpetrados contra indivíduos LGBTQ+, agravada pela invisibilização deliberada a que esta população é submetida no tecido social, o que contribui para que a temática não seja tratada como prioritária nas agendas do Poder Público (Antunes, 2021).

Na sociedade contemporânea, as pessoas trans enfrentam desafios consideráveis no que diz respeito ao acesso a cuidados de saúde, principalmente em áreas especializadas como a oncologia. O Brasil, infelizmente, é um dos países com os maiores índices de violência contra

peessoas trans, com destaque para os homicídios de travestis e transexuais, sendo que as vítimas frequentemente sofrem discriminação institucional e falta de acolhimento nos serviços de saúde (Censo Trans, 2020). Essa vulnerabilidade não se limita ao acesso geral à saúde, mas também se estende à falta de protocolos específicos e ao despreparo de profissionais que lidam com questões de identidade de gênero e tratamento oncológico de pacientes trans.

A exclusão social e o estigma que atingem a população trans são fatores que intensificam as barreiras no acesso a serviços de saúde e complicam o acompanhamento regular das condições de saúde, incluindo o rastreamento e o diagnóstico precoce de câncer. Além disso, a utilização de hormônios de forma não regulamentada, como estrogênios e testosterona, apresenta riscos significativos à saúde das pessoas trans, com potencial aumento na incidência de certos tipos de câncer, como o câncer de mama em mulheres trans e de próstata em homens trans (Da Costa *et al.*, 2021).

O acesso da população trans aos cuidados oncológicos é um tema crucial, uma vez que a terapia hormonal, muitas vezes utilizada sem acompanhamento médico adequado, pode aumentar o risco de desenvolvimento de doenças como o câncer, afetando diretamente a saúde e a qualidade de vida dessa população. Estudos demonstram que a falta de acompanhamento médico e o uso indiscriminado de hormônios de procedência duvidosa, como o silicone industrial, eleva exponencialmente os riscos oncológicos, além de agravar as condições de saúde mental e bem-estar (Silva *et al.*, 2022).

Além disso, a invisibilidade da população trans no contexto da saúde pública contribui para a continuidade desse ciclo de exclusão, sendo necessário um olhar mais atento para essas questões, tanto nas políticas públicas quanto na formação de profissionais de saúde. A pesquisa sobre os desafios enfrentados por pessoas trans, especialmente no que diz respeito ao acesso ao tratamento oncológico, visa não apenas diagnosticar os problemas existentes, mas também propor soluções que promovam um sistema de saúde mais inclusivo e eficiente para essa população.

Este estudo tem como objetivo analisar o acesso da população transexual aos cuidados oncológicos no Brasil, com foco nas dificuldades enfrentadas por essa população para acessar tratamentos adequados e o impacto de políticas públicas existentes, como o Sistema Único de Saúde (SUS), na garantia de cuidados de saúde oncológica. Busca-se também refletir sobre as implicações do uso de hormônios e de substâncias modificadoras do corpo na saúde dessa população, especialmente no que tange ao risco de câncer.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa adotou uma abordagem exploratória e descritiva, utilizando uma metodologia qualitativa e quantitativa para analisar os desafios enfrentados pela população transexual no acesso à saúde, com foco na oncologia. O estudo foi embasado em dados secundários coletados a partir do Censo Trans 2020 e do Relatório TRANSUS, além de uma análise crítica de literatura especializada sobre o uso de hormônios e a modificação corporal em pessoas trans.

A pesquisa foi orientada pela abordagem interpretativa, com o intuito de compreender as experiências e as dificuldades enfrentadas pelas pessoas trans ao procurar tratamentos oncológicos. A escolha desse método permite uma análise profunda do fenômeno, considerando o contexto social e as especificidades da população trans no Brasil.

A coleta de dados foi realizada por meio da análise de fontes secundárias, como os relatórios do Censo Trans 2020 e do TRANSUS, que contêm informações sobre a saúde da população trans, incluindo questões relacionadas ao acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), uso de hormônios, riscos oncológicos e a exclusão social. Esses dados foram complementados com revisões bibliográficas e artigos acadêmicos sobre a saúde da população trans, com ênfase

na oncologia e no impacto da terapia hormonal. Cabe ressaltar que para o uso dos dados, a devida autorização de uso de banco de dados foi concebida pelas fontes originárias.

Além disso, foram realizados questionários de perguntas abertas e fechadas com base nos dados do Censo Trans e TRANSUS, para extrair informações sobre as experiências de pessoas trans no acesso a cuidados oncológicos e a relação com a modificação corporal. Os dados quantitativos do Censo foram analisados por meio de análise estatística básica para identificar padrões de acesso a tratamentos e o impacto das políticas públicas de saúde.

Os dados do Censo Trans 2020 e do TRANSUS foram analisados para identificar as principais barreiras no acesso à saúde oncológica, incluindo a distribuição de casos por região, faixa etária e uso de hormônios. A análise quantitativa foi realizada por meio de ferramentas estatísticas simples para mapear os dados sobre o uso de hormônios, silicone industrial e o risco de câncer entre pessoas trans.

A análise qualitativa foi realizada com base em entrevistas e relatos de caso presentes nos documentos, com foco na experiência pessoal de pessoas trans ao procurar serviços de saúde, especialmente no contexto oncológico. Foi utilizada a análise de conteúdo, seguindo a abordagem de Bardin (2009), para categorizar e interpretar as respostas sobre discriminação no atendimento e as dificuldades no processo de diagnóstico e tratamento.

A pesquisa focou em pessoas trans e travestis no Brasil, com base nos dados do Censo Trans 2020, que identificou características socioeconômicas e de saúde dessa população. A amostra foi composta por indivíduos que se autoidentificam como trans ou travestis e que relataram experiências com o Sistema Único de Saúde (SUS), sejam elas positivas ou negativas. O foco foi especialmente nos indivíduos que tinham ou já haviam tido acesso a serviços de saúde relacionados ao câncer, permitindo uma análise aprofundada sobre as barreiras enfrentadas no contexto oncológico. A pesquisa foi conduzida em conformidade com as diretrizes éticas estabelecidas pelo Comitê de Ética em Pesquisa, respeitando a Resolução CNS 466/2012 sobre ética em pesquisas com seres humanos. A confidencialidade dos participantes foi garantida, e todas as informações pessoais foram anonimizadas para proteger a identidade dos respondentes. Todos os dados foram utilizados exclusivamente para fins de análise acadêmica e não foram divulgados sem o consentimento prévio dos participantes (Brasil, 2013).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram selecionados tópicos do censo da Rede Nacional de Pessoas Trans – Brasil de 2022, a organização deles foi feita de forma manual para a extração dos dados. As categorias temáticas foram organizadas por dimensão teórica, na qual foram agrupados os achados de acordo com grandes conceitos-chave que emergiram da leitura crítica da fonte pesquisada.

Perfil Socioeconômico da População Trans (Censo Trans 2020)

Os dados do Censo Trans 2020 e do TRANSUS revelam importantes informações sobre o perfil socioeconômico da população trans, e como a discriminação social e violência afeta diretamente a saúde desta população, especialmente em relação à saúde oncológica. O Censo Trans 2020 mostra que a maior parte da população trans no Brasil é jovem, com 422 respondentes entre 15 e 29 anos e 211 entre 30 e 45 anos. A educação e a renda são áreas de grande vulnerabilidade, com alta taxa de abandono escolar e baixa escolaridade, o que limita o acesso a empregos formais e, conseqüentemente, ao acesso a planos de saúde privados e a tratamentos médicos especializados. Isso se reflete diretamente em um alto índice de dependência de serviços públicos de saúde, como o SUS, que, em muitos casos, não está preparado para oferecer atendimento especializado e inclusivo.

Essa vulnerabilidade é ampliada pelas barreiras no acesso à educação e ao mercado de trabalho, com muitas pessoas trans sendo excluídas do mercado formal, tendo como única alternativa o trabalho sexual. A exclusão social, conseqüentemente, restringe ainda mais o

acesso a tratamentos médicos regulares, incluindo o rastreamento precoce de cânceres, o que agrava o quadro de saúde da população trans.

Violência Institucional e Exposição ao Câncer

O Censo Trans 2020 e os dados do TRANSUS destacam que a violência contra pessoas trans não ocorre apenas no ambiente público ou familiar, mas também dentro do sistema de saúde. A violência moral, psicológica e física, associada à discriminação institucional, impede que muitas pessoas trans busquem atendimento médico, inclusive para diagnóstico precoce de câncer. Esta violência institucional resulta em medo de exposição e estigmatização, fazendo com que a população trans evite buscar ajuda até quando a doença está em estágios avançados.

Além disso, as condições de moradia e a exclusão social fazem com que muitas pessoas trans vivam em condições de saúde precárias, o que contribui para a dificuldade no acesso ao tratamento e para o agravamento de doenças como o câncer. As pessoas trans, especialmente as racializadas, enfrentam um ciclo vicioso de discriminação, o que as expõe a maiores riscos de doenças e também de mortes evitáveis. Esse cenário é corroborado pela ausência de dados confiáveis sobre a saúde dessa população e pela subnotificação de casos de violência e acidentes de trabalho, que incluem incidentes graves relacionados à saúde.

Uso de Hormônios e Modificações Corporais: Implicações Oncológicas

A auto-administração de hormônios por pessoas trans, sem o acompanhamento adequado de profissionais de saúde, é uma prática comum e está diretamente associada ao aumento do risco de câncer de mama em mulheres trans e câncer de próstata em homens trans. De acordo com os dados do TRANSUS, a falta de acompanhamento médico especializado sobre o uso de hormônios tem sido um fator crítico no aumento da incidência de cânceres hormonossensíveis, além de outras complicações graves associadas ao uso de silicone industrial.

A modificação corporal também pode resultar em problemas de saúde a longo prazo, incluindo riscos oncológicos devido ao uso de materiais não regulamentados, como o silicone industrial, que pode causar inflamações e neoplasias malignas. O uso indiscriminado de hormônios também é uma prática de risco, que aumenta a probabilidade de desenvolvimento de cânceres não diagnosticados, em grande parte devido à falta de um acompanhamento médico adequado.

Essas práticas de modificação corporal e o uso de hormônios não regulamentados, muitas vezes sem a supervisão de profissionais de saúde, representam um fator de risco importante, especialmente considerando a ausência de políticas públicas que assegurem acompanhamento médico adequado para pessoas trans no SUS.

Acesso à Saúde Oncológica e o Papel das Políticas Públicas

A análise dos dados do TRANSUS revela que o acesso à saúde oncológica para pessoas trans no Brasil é comprometido por vários fatores, incluindo a falta de formação adequada de profissionais de saúde, a falta de políticas públicas direcionadas e o despreparo das unidades de saúde para lidar com as especificidades de saúde trans. A ausência de dados epidemiológicos sobre a população trans impede a formulação de políticas públicas adequadas para essa população, o que também é corroborado pelos dados do Censo Trans 2020, que revela uma lacuna de informações estruturadas sobre as condições de saúde dessa população.

Sem dados confiáveis, fica impossível implementar estratégias eficazes de prevenção e tratamento do câncer, pois os profissionais de saúde carecem de treinamento adequado para lidar com as necessidades específicas de saúde da população trans. A falta de protocolos de

saúde trans no SUS leva à subnotificação de casos de câncer e ao atraso no diagnóstico, o que compromete a eficácia dos tratamentos e aumenta a mortalidade evitável entre as pessoas trans.

A população trans enfrenta um acesso desigual e limitado aos serviços de saúde, o que é amplificado no contexto de diagnóstico precoce de câncer. Dados do Censo Trans 2020 e do TRANSUS indicam que, embora a maioria da população trans dependa do SUS para atendimento médico, há uma escassez significativa de médicos capacitados para lidar com as necessidades de saúde dessa população. A falta de protocolos inclusivos e o despreparo de profissionais de saúde são fatores críticos que atrasam o diagnóstico precoce, principalmente no que diz respeito ao câncer de mama, próstata e outros tipos de cânceres relacionados a modificações hormonais.

Além disso, a discriminação institucional nos serviços de saúde contribui para que muitas pessoas trans evitem procurar atendimento médico, "a exclusão social e a discriminação enfrentadas pela população trans nos espaços de saúde pública contribuem para a subnotificação de cânceres e o aumento da mortalidade evitável." (TRANSUS, 2024), principalmente em contextos de doenças graves como o câncer, o que resulta em diagnósticos tardios e maiores taxas de mortalidade.

A utilização de hormônios não supervisionados e de substituições corporais, como o uso de silicone industrial, é uma prática comum entre a população trans, mas frequentemente sem orientação médica adequada, o que implica em riscos elevados de câncer e outras condições graves. Dados do Censo Trans 2020 e TRANSUS apontam que muitas pessoas trans não possuem acesso a serviços de saúde especializados que poderiam monitorar o impacto do uso de hormônios sobre a saúde a longo prazo. O uso indiscriminado de hormônios, sem controle médico, tem um impacto direto na incidência de câncer de mama e outros cânceres hormonossensíveis, como os relacionados ao sistema reprodutivo.

Além disso, o uso de silicone industrial, que tem um histórico de complicações graves, pode resultar em infecções crônicas e cânceres relacionados a essas práticas de modificação corporal. "A falta de acompanhamento médico adequado para a população trans aumenta os riscos oncológicos, principalmente relacionados ao uso de hormônios e modificações corporais." (Censo Trans 2020). A ausência de protocolos de saúde para transgêneros no SUS contribui para a ausência de cuidados adequados, o que implica em maiores taxas de complicações médicas entre as pessoas trans.

4. CONCLUSÃO

Os dados revelam um quadro claro de exclusão social e institucional da população trans, exacerbado pela ausência de dados sobre saúde oncológica desta população. A discriminação e falta de informações estruturadas sobre o uso de hormônios e modificações corporais fazem com que o acesso da população trans ao tratamento oncológico seja, na prática, limitado e ineficaz. A ausência de políticas públicas inclusivas e de acompanhamento médico adequado agrava o cenário de vulnerabilidade, tornando as pessoas trans mais propensas a desenvolver cânceres de difícil diagnóstico e tratamento.

É fundamental que os dados sobre saúde trans sejam sistematicamente coletados, que os profissionais de saúde sejam treinados e que protocolos de atendimento oncológico sejam criados para a população trans. Somente com políticas públicas adequadas e a garantia de um sistema de saúde inclusivo, será possível reduzir as disparidades no acesso ao tratamento e melhorar a qualidade de vida da população trans no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, D. Violência e exclusão da comunidade LGBTQIA+ (dificuldade de levantamento de dados, projetos de lei, políticas públicas e descaso). **Revista Jurídica Luso-Brasileira, Lisboa**, v. 7, n. 6, p. 513-536, 2021.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2009.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2025.
- DA COSTA, T. L. A. C. et al. Influência da hormonioterapia na incidência de câncer em transexuais Influence of hormone therapy on cancer incidence in transsexuals. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 6, p. 56017-56039, 2021. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/h5kyrpkqcdndfj7nrudk557fa/access/wayback/https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/download/30953/pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.
- REDE TRANS BRASIL. **Censo Trans 2020**. [S. l.]: Rede Trans Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.redetransbrasil.org.br>. Acesso em: 29 abr. 2025.
- REDE TRANS BRASIL. **TRANSUS: Observatório Nacional para Diagnóstico, Monitoramento e Recomendações de Políticas Públicas na Área de Saúde para Pessoas Travestis e Transexuais**. Aracaju: Rede Trans Brasil, 2024. Disponível em: https://ugc.production.linktr.ee/f864d43c-3dde-4c20-9529-c21ceee74919_TRANSUS-eBook-1-compressed.pdf. Acesso em: 29 abr. 2025.
- REDE TRANS BRASIL. **TRANSUS: Observatório Nacional para Diagnóstico, Monitoramento e Recomendações de Políticas Públicas na Área de Saúde para Pessoas Travestis e Transexuais**. [S. l.]: Rede Trans Brasil, 2023. Disponível em: https://ugc.production.linktr.ee/f864d43c-3dde-4c20-9529-c21ceee74919_TRANSUS-eBook-1-compressed.pdf. Acesso em: 29 abr. 2025.
- SILVA, R. A. da et al. Uso de hormônios não prescritos na modificação corporal de travestis e mulheres transexuais de Salvador/Bahia, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 503-514, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2022.v27n2/503-514/pt/>. Acesso em: 28. abr. 2025.